



Inclusão na prática: a capacitação de profissionais de apoio escolar

Erick Matheus Sales Pinto¹; Claudia Maria Soares Rossi²

Como Citar:

PINTO, Erick Matheus Sales; ROSSI, Claudia Maria Soares. Inclusão na prática: a capacitação de profissionais de apoio escolar. Revista Sociedade Científica, vol. 9, n. 1, p. 1071-1079, 2026. <https://doi.org/10.61411/rsc2026132019>

DOI: 10.61411/rsc2026132019

Área do conhecimento:

Ciências Humanas

Sub-área:

Educação; Educação Especial

Palavras-chave:

Inclusão Escolar; Profissionais de Apoio; Formação Continuada; Relato de Experiência; Educação Especial.

Publicado: 02 de maio de 2026.

Abstract

This paper presents an experience report on the implementation of a training workshop designed for school support professionals, focusing on the challenges and strategies for promoting inclusion. The experience took place in the municipality of Trairi, Ceará, organized by the Department of Education, and involved professionals who work directly in the process of educational inclusion. The objective was to foster reflection, propose strategies, and strengthen the professional identity of these individuals within the context of inclusive education. The methodology adopted was qualitative and descriptive in nature, based on the practical experience of the workshop, which included case studies, an interactive quiz, and a collective activity called the “Tree of Meanings.” The results demonstrated an enhanced understanding of the roles and responsibilities of support professionals, greater recognition of their practices, and an expansion of strategies to address everyday situations. The report highlights the importance of continuing education and collaborative work as key pathways to strengthening school inclusion.

1. Introdução

A Educação Inclusiva configura-se como um eixo central da política educacional brasileira, alicerçada por um arcabouço normativo progressivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [4], o Estatuto da Criança e do Adolescente [3] e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [5] estabelecem o direito inalienável à educação e promovem a equalização de oportunidades no acesso, permanência e sucesso escolar.

¹Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Arcos, Brasil. Email: ✉

²Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Arcos, Brasil. Email: ✉



Neste cenário de transformação paradigmática, a figura do profissional de apoio escolar assume uma relevância crítica. Tais agentes são fundamentais na operacionalização da inclusão, provendo o suporte necessário para a acessibilidade arquitetônica, atitudinal e pedagógica, e facilitando a participação plena dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ambiente escolar. Contudo, a efetividade de sua atuação é frequentemente obstaculizada por desafios persistentes, notadamente a indefinição clara de suas atribuições, a carência de formação específica e continuada e o ainda insuficiente reconhecimento institucional [11,6].

Em face da complexidade inerente a este papel e da urgência em qualificar a prática inclusiva, a proposição de espaços de desenvolvimento profissional e reflexão crítica se impõe como uma necessidade pedagógica e ética. Este relato se propõe a relatar e analisar criticamente a experiência de uma oficina de formação continuada para profissionais de apoio no município de Trairi, Ceará. O objetivo é discutir os desdobramentos práticos, as reflexões suscitadas e a potencialidade desta ação na consolidação de uma cultura escolar inclusiva.

2. Referencial teórico

A perspectiva da Educação Inclusiva transcende a mera alocação de estudantes com deficiência em classes regulares. Conforme Mantoan [10], ela exige uma reestruturação cultural, pedagógica e administrativa da escola, tornando-a um ambiente acolhedor à diversidade e promotor da aprendizagem significativa para todos, respeitando-se as singularidades. A perspectiva inclusiva exige, por conseguinte, uma análise crítica das dinâmicas escolares que historicamente geraram a exclusão e o insucesso. Patto [13], em sua obra seminal, "A Produção do Fracasso Escolar", demonstra como as instituições de ensino, frequentemente ancoradas em mitos da diferença individual e da carência cultural, acabam por produzir o fracasso dos estudantes das camadas populares. Nesse sentido, a atuação do profissional de apoio



deve ser compreendida como um esforço para romper com essa lógica reprodutora, garantindo que as dificuldades de aprendizagem não sejam atribuídas exclusivamente ao aluno, mas sim à falta de adequação pedagógica e estrutural da escola.

Glat e Blanco [9] complementam essa visão ao postularem que a inclusão está intrinsecamente ligada à construção de uma cultura e de um cotidiano escolar flexíveis à heterogeneidade. Do ponto de vista filosófico e social, Saviani [14] enfatiza que a educação deve atuar como um vetor de emancipação humana, sendo a escola um espaço estratégico para a articulação do princípio da igualdade. Para que essa premissa se concretize, a formação continuada de todos os profissionais que atuam no processo educativo, incluindo os profissionais de apoio, é um imperativo ético-político.

A prática inclusiva pressupõe, fundamentalmente, o respeito à dignidade e à autonomia do educando. Como aponta Freire [7], o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Assim, o papel do profissional de apoio consolida-se como um agente garantidor desse espaço de autonomia no ambiente escolar.

Adotando-se uma lente da Psicologia Educacional e da Terapia Cognitivo-Comportamental, estratégias de intervenção são balizadas pela relevância da mediação, do reforço positivo diferenciado e do ensino explícito de habilidades sociais no processo de aquisição do conhecimento [1,16]. A aplicação desses princípios no contexto da formação de profissionais de apoio pode instrumentalizá-los com práticas mais assertivas, colaborativas e cientificamente embasadas para a promoção da autonomia e da interação social dos estudantes.

3. Metodologia

Este estudo se caracteriza como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica por buscar uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, concentrando-se "na interpretação e



na atribuição de significados às ações e interações humanas" [12]. Por sua vez, a natureza descritiva é essencial para delinear e interpretar as características e os elementos de uma situação específica, como a oficina de formação, sem, contudo, interferir ou manipular os dados [8].

A análise foi fundamentada na observação participante e no registro direto dos dados durante a execução da oficina de formação, técnica que permite ao pesquisador imergir no contexto estudado para obter uma compreensão 'de dentro' da dinâmica social e das interações [2]. A atividade foi articulada pela Secretaria de Educação do município de Trairi, Ceará, e envolveu profissionais de apoio atuantes na rede municipal de ensino.

A oficina foi estrategicamente desenhada em quatro momentos pedagógicos, que visavam a construção e a validação do conhecimento de forma processual e interativa, conforme preconizado por princípios da pesquisa-ação [17]:

- Acolhimento e Contextualização: leitura reflexiva e discussão sobre a relevância ética e legal do papel;
- Análise de Casos: trabalho em pequenos grupos para a resolução de estudos de caso simulando dilemas do cotidiano inclusivo, com discussão e socialização de estratégias de intervenção;
- Validação do Conhecimento: aplicação de um quiz lúdico no formato 'verdadeiro ou falso' para revisão e esclarecimento de atribuições e conceitos legais do cargo; e
- Síntese Afetiva e Identitária: a dinâmica 'Árvore dos Sentidos', onde cada participante expressou sua contribuição profissional em uma folha simbólica, compondo um mural coletivo.

O material empírico foi composto pelas anotações do facilitador e pelos registros escritos das produções grupais, submetidos a uma análise descritiva e reflexiva com foco na identificação de temas centrais e na qualidade das interações. Essa fase analítica



é fundamental no trabalho científico, pois garante a "transformação de dados brutos em informações interpretáveis" [15], permitindo a conexão dos achados empíricos com o referencial teórico da área.

4. Desenvolvimento e discussão

4.1. Relato da Experiência

O evento formativo iniciou-se com a apresentação formal do Núcleo Psicossocial, uma sensibilização inicial sobre o tema da inclusão, utilizando-se um texto reflexivo como dispositivo para o engajamento dos participantes e a afirmação da identidade profissional do grupo. A etapa central foi marcada pela Análise de Casos, na qual os grupos foram confrontados com situações-problema representativas do contexto escolar. O debate demonstrou atrair o interesse e a foi efetivo no compartilhamento de expertise e construir soluções colaborativas. A discussão não se limitou à identificação de problemas, mas avançou para a proposição de estratégias de mediação e intervenção pedagógica e social.

O Quiz Lúdico sobre as atribuições legais e funcionais do cargo promoveu um momento de aprendizagem ativa e descontraída, favorecendo a revisão conceitual e a desmistificação de dúvidas sobre o escopo de atuação do profissional. A leveza da dinâmica potencializou a retenção da informação.

A finalização com a 'Árvore dos Sentidos' resultou na criação de um painel simbólico de percepção de valor e pertencimento. Termos como 'acolhimento', 'respeito', 'paciência' e 'dedicação' foram recorrentemente registrados, materializando a dimensão afetiva e ética inerente ao trabalho.

4.2. Discussão

Os achados da experiência formativa endossam a premissa de que espaços de formação são cruciais para a qualificação das práticas e o reconhecimento do



protagonismo dos profissionais de apoio. A estrutura da oficina permitiu que os participantes não apenas recebessem informações, mas atuassem como proponentes de soluções diante das dificuldades cotidianas.

Em consonância com Mantoan [11], que postula a formação continuada como vetor para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas, a oficina demonstrou sua eficácia em promover a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico. Ademais, ao articular a formação à ideia de emancipação e igualdade defendida por Saviani [14], a ação se posiciona como um instrumento de transformação social no contexto da escola.

O emprego de metodologias ativas, notadamente o estudo de caso, a gamificação (quiz) e a dinâmica simbólica, revelou-se eficaz. Tais abordagens estão em harmonia com a pedagogia da autonomia de Freire [7], que enfatiza a construção do conhecimento a partir da prática e da interação. Essa escolha metodológica gerou um ambiente colaborativo, participativo e de engajamento coletivo.

5. **Considerações finais**

O relato desta experiência formativa em Trairi – CE reitera o papel das oficinas como catalisadoras para o fortalecimento identitário e a valorização dos profissionais de apoio escolar. A estruturação da atividade foi bem-sucedida em (1) promover a clareza funcional das atribuições; (2) incentivar o compartilhamento de know-how; e (3) propor estratégias de intervenção baseadas na reflexão crítica.

A principal constatação reside no fato de que a formação ampliou o senso de pertencimento e o reconhecimento dos profissionais, como agentes indispensáveis à concretização do direito à educação inclusiva. Diante disso, é premente a recomendação para que iniciativas formativas de caráter sistemático, contínuo e cientificamente fundamentado sejam incorporadas de forma perene no calendário educacional do município, garantindo o devido suporte institucional e o reconhecimento do trabalho.



Em síntese, a inclusão efetiva não se realiza como um ato isolado, mas como uma construção coletiva e responsabilidade compartilhada, na qual a qualificação contínua do profissional de apoio é um componente de capital humano inegociável.

6. Declaração de direitos

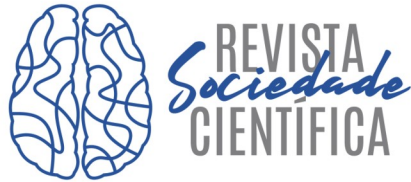
Os autores declaram ser detentores dos direitos autorais da presente obra, que o artigo não foi publicado anteriormente e que não está sendo considerado por outra(o) Revista/Journal. Declaram que as imagens e textos publicados são de responsabilidade dos autores, e não possuem direitos autorais reservados a terceiros. Textos e/ou imagens de terceiros são devidamente citados ou devidamente autorizados com concessão de direitos para publicação quando necessário. Declaram respeitar os direitos de terceiros e de Instituições públicas e privadas. Declaram não cometer plágio ou autoplágio e não ter considerado/gerado conteúdos falsos e que a obra é original e de responsabilidade dos autores.

7. Referências

1. BECK, Judith S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante: o sabor de um aprendizado. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PEIXOTO, João Paulo (Orgs.). Pesquisa participante: um olhar crítico, criativo e construtivo. São Paulo: Editora da Cidade, 2006.
3. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jan. 2026.
4. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jan. 2026.



5. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jan. 2026.
6. CARVALHO, Rosita Edler. Inclusão: o paradigma do século XXI. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
7. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
8. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019
9. GLAT, Rosana; BLANCO, Valéria E. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
10. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
11. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação inclusiva: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.
12. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
13. PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932>. Acesso em: 10 jan. 2026.
14. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: das teorias da curvatura da vara às políticas neoliberais. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.



15. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
16. SKINNER, Burrhus Frederic. Sobre o behaviorismo. São Paulo: Cultrix, 1974.
17. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.